

Secretaria Regional dos Assuntos Sociais

Instituto de Segurança Social da Madeira, IP-RAM



SEGURANÇA SOCIAL

BALANÇO SOCIAL ANO 2012

INTRODUÇÃO

Na sequência das medidas determinadas pelo Programa de Assistência Económica e Financeira a Portugal (PAEF), através das quais se impôs a necessidade de consolidação orçamental, racionalização e redução da despesa pública, tornou-se inevitável a mudança sobre a estrutura e organização dos serviços públicos. Por conseguinte, no final do ano de 2011 a estrutura orgânica do Governo Regional da Madeira é alterada, e por tal facto, assiste-se ao longo do ano de 2012, à reestruturação de vários serviços no âmbito do Governo Regional, nos quais o Centro de Segurança Social da Madeira não foi excepção. Com efeito, com a publicação do Decreto Regulamentar Regional nº 8/2011/M de 14 de novembro, é aprovada a nova estrutura orgânica do Governo Regional da Madeira e com a publicação do Decreto Regulamentar Regional nº 7/2012/M de 1 de Junho, é aprovada a nova estrutura orgânica da Secretaria Regional dos Assuntos Sociais (SRAS), entidade que tutela a área da Segurança Social na RAM. Este diploma institui o Instituto de Segurança Social da Madeira, IP-RAM, como um serviço personalizado da SRAS, estabelecendo que a respetiva estrutura orgânica deve constar de diploma regulamentar próprio. Nesta conformidade em 16 de novembro de 2012, é publicado o Decreto Legislativo Regional nº34/2012/M, diploma que aprova a orgânica do Instituto de segurança Social da Madeira, IP-RAM, o qual sucede em todas as atribuições, direitos e posição jurídica contratual ou processual do Centro de segurança Social da Madeira. Na qualidade de Instituição Pública de Solidariedade e Segurança Social, o Instituto de Segurança Social da Madeira (ISSM,IP-RAM) é uma pessoa coletiva de direito público, dotada de personalidade jurídica e de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, classificando-se como instituto público de regime especial nos termos da lei, o qual se rege pela sua lei orgânica e pelas normas aplicáveis do regime jurídico dos institutos públicos.

O ISSM, IP-RAM tem a sua sede no Funchal, mantém vários serviços locais de proximidade com o cidadão e ainda dispõe de estabelecimentos integrados. Refira-se que o ISSM, IP-RAM tem jurisdição sobre todo o território da Região Autónoma da Madeira, sendo, nomeadamente, a instituição competente relativamente, aos beneficiários de segurança social com residência na RAM, e aos contribuintes de segurança social, sejam entidades empregadoras ou equiparadas e trabalhadores independentes com sede, direção efetiva, domicílio profissional ou residência na RAM, ainda que detenham estabelecimentos, locais de trabalho ou sucursais fora do território regional.

O ISSM, IP-RAM exerce a sua atividade sob tutela e superintendência da Secretaria Regional dos Assuntos Sociais. A sua missão consiste, genericamente na gestão dos regimes de Segurança Social, o reconhecimento dos direitos e o cumprimento das obrigações decorrentes dos regimes de segurança social, a gestão da recuperação da dívida e o exercício de ação social, bem como, assegurar a aplicação dos instrumentos internacionais de segurança social na RAM.

Balanço Social 2012

Quanto à estrutura organizativa do ISSM,IP-RAM, esta foi aprovada pela Portaria nº 167/2012 de 20 de dezembro. Refira-se a este nível, que a inevitável reestruturação da administração pública na Região Autónoma da Madeira resultante de imperativos orçamentais ditou de forma incontornável a obrigação de reduzir em 15% os cargos dirigentes ocupados. Este imperativo incontornável, determinou a transformação interna da organização, traduzindo-se forçosamente numa redução de seis unidades orgânicas ocupadas. Por conseguinte, o presente balanço social com referência a 31 de dezembro de 2012 retrata a nova estrutura organizativa do ISSM,IP-RAM, contendo a distribuição dos efetivos na nova estrutura organizativa.

Conforme já referimos em documentos anteriores, desde 2009 na sequência do programa de reformas da Administração Pública assume especial relevância as alterações introduzidas com os novos regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas. O Balanço Social 2012, foi elaborado tendo em conta as alterações resultantes do novo regime de vinculação, de carreiras e de remunerações nos termos da Lei nº12-A/2008 de 27 de Fevereiro e ainda em conformidade com o Decreto-Lei 190/96 de 9 de Outubro, que regulamenta a elaboração do Balanço Social na Administração Pública, Central, Regional e Local, o DLR nº 40/2008/M de 10 de Dezembro, diploma que adapta à Região Autónoma da Madeira o citado Decreto Lei e determina no seu artigo 3º, o envio do Balanço Social até 15 de Abril de cada ano, ao serviço do Governo Regional com competência em matéria de Administração Pública e revisto pela Portaria nº 27/2010, de 29 de Abril.

Desde o ano de 2009 que as alterações decorrentes do novo regime de vinculação, carreiras e remunerações conduziram necessariamente à adaptação deste instrumento à nova realidade social da administração pública regional, e por conseguinte, regista-se, na sua estrutura, diferenças, designadamente no que concerne à relação jurídica de emprego e às carreiras.

Relativamente à relação jurídica de emprego, refira-se que a partir de 2009, foi introduzida uma nova modalidade de vinculação, o contrato de trabalho funções públicas. Assim, todos os trabalhadores da Administração Pública passaram para a modalidade de contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado. Não obstante, na Região Autónoma da Madeira, manteve-se o vínculo de nomeação aos trabalhadores da Administração Regional Autónoma nomeados definitivamente nos termos do nº 1 do artigo 4º do DLR nº 1/2009/M de 12 de Janeiro, que adapta à região a Lei nº 12-A/2008 de 27 de Fevereiro.

Contudo, no ano de 2010, por força do Acórdão do Tribunal Constitucional nº 256/2010, publicado no Diário da República, I série, nº 176, de 9 de Setembro, é declarada ilegalidade com força obrigatória geral nas normas contidas no nº 1 e 2 do citado artigo 4º do Decreto Legislativo Regional nº 1 /2009/M de 12 de Janeiro, por violação do Artigo 79º do nº 2 do Estatuto Político -Administrativo da Região Autónoma da Madeira. Assim, na sequência do referido Acórdão a manutenção do vínculo de nomeação definitiva dos trabalhadores da Administração Regional previsto no citado diploma, deixa de existir. A nomeação definitiva mantém-se apenas para as actividades identificadas no Artigo 10º da Lei nº 12-A/2008 de 27 de Fevereiro, designadamente as seguintes: Missões genéricas e específicas das Forças

Balanço Social 2012

Armadas em quadros permanentes; Representação Externa do Estado; Informações de segurança; Investigação criminal; Segurança pública e Inspeção.

No caso do ISSM,IP-RAM, apenas os inspectores mantém o vínculo de nomeação definitiva, passando os restantes trabalhadores para a modalidade de contrato de funções públicas, por força do referido acórdão. Consequentemente o primeiro quadro do balanço Social, isto é, o quadro dos recursos humanos, o qual apresenta a distribuição dos efectivos por grupo de pessoal segundo a relação jurídica de emprego, reflecte a partir de 2010, esta realidade.

Relativamente às carreiras, refira-se que por força do nº 7 do Artigo 118º da Lei 12-A/2008 de 27 de Fevereiro, conjugado com o artigo 12º do DL121/2008 de 11 de Julho dá-se, a 1 de Janeiro de 2009, a transição dos trabalhadores para as novas carreiras. Com aplicação dessas normas constatou-se já no balanço social de 2009, a fusão de algumas carreiras de regime geral para as novas carreiras gerais e a coexistência de carreiras e categorias subsistentes que se mantém em 2012.

O presente balanço social, foi elaborado em cumprimento do disposto nos diplomas supra citados, fornecendo um conjunto de indicadores da situação do ISSM,IP-RAM, nas áreas dos recursos humanos e dos recursos financeiros a estes afectos.

A informação para a elaboração do presente balanço social foi obtida na sua maior parte através da base de dados de gestão de recursos Humanos disponível através do software gesven grh no âmbito da Secção de Pessoal – Departamento de Recursos Humanos do ISSM,IP-RAM. Complementarmente foi obtida informação junto da unidade Gestão de Recursos Humanos, nomeadamente, os dados da formação foram através da Base de dados de formação, bem como os dados relativos ao recrutamento e mobilidade. O gabinete Jurídico forneceu os dados sobre a disciplina.

O balanço social de 2012, no que diz respeito ao número de efetivos globais, apresenta a mesma tendência de anos anteriores, ou seja, continua a registar a redução do número de efetivos. Desde 2005 que o ISSM, IP-RAM apresenta esta tendência, tendo-se acentuado com maior expressão a partir de 2008 até ao presente ano. Importa referir a este nível, que no âmbito do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro para a Região Autónoma da Madeira (PAEF-RAM), a Região assumiu o compromisso de introduzir um mecanismo de controlo dos recursos humanos - o Plano Previsional e de estratégia de implementação da redução do número de trabalhadores em funções públicas, estabelecendo como meta os 2 % ao ano. Com efeito, o referido mecanismo de controlo foi introduzido no segundo semestre de 2012, tendo-se registado uma redução acima dos 2%, resultante, maioritariamente, do número de aposentações definitivas.

Com efeito, desde 2009 que o número de saídas de trabalhadores, são superiores às entradas (novas admissões). O número de efetivos é desde então cada vez menor. Em 2008, por exemplo, o total de efectivos situava-se em 1555, no ano seguinte em 1524, em 2010 - 1493 e em 2011 – 1431. Em 2012 são 1388 o total de efetivos. Concorre para o decréscimo de efectivos, a frequência constante das saídas por aposentação e as crescentes restrições legais impostas nas entradas, sobretudo a partir de Janeiro de 2009 as quais se mantém até ao presente ano. Refira-se que em 2012

Balanço Social 2012

ocorreram 65 saídas, em 2011 81 saídas, em 2010 - 45, em 2009 - 49 e em 2008 - 52, enquanto que as entradas foram muito a baixo, designadamente, em 2012 ocorreram 15, em 2011 - 19, em 2010 - 14, em 2009 - 18 e 2008 - 72.

O enfoque na diminuição dos recursos humanos constitui um imperativo atual para as organizações públicas por forma alcançarmos a meta global que é a redução da despesa pública. Por tal facto, é expetável a redução do número de efetivos no ISSM,IP-RAM nos próximos anos. Com efeito, as medidas impostas neste âmbito, pelo Programa de Ajustamento Económico e Financeiro para a Região Autónoma da Madeira, inibem as entradas de recursos humanos na administração pública por forma a diminuir a despesa pública.

Quanto à caracterização dos recursos humanos, refira-se que maioritariamente são mulheres (87%), quanto às atividades destacam-se as operacionais com 61%, 11% exercem funções com grau de complexidade técnica e 2,2%. Exercem funções de direção podemos afirmar que o balanço social de 2012, regista igualmente a tendência de envelhecimento gradual dos recursos humanos. Se analisarmos os anos anteriores, verifica-se desde 2004 que se regista um número reduzido de entradas, a taxa de emprego jovem é reduzida e por tal facto o número médio da idade tende a aumentar. Neste balanço tal como nos anteriores regista-se o aumento da média etária do pessoal do ISSM,IP-RAM situando-se nos 48 anos. Refira-se que em 2008 situava-se nos 45,43 anos, em 2009 nos 45,95, em 2010 nos 46,73 e em 2011 nos 47,37. Constatamos assim, nos últimos anos, o aumento da idade média do pessoal do ISSM. Prevê-se assim a continuidade desta tendência nos próximos anos. Podemos mesmo afirmar que será de forma significativa o envelhecimento global dos efetivos. Prevê-se o aumento do número de efetivos nas classes etárias mais altas, em virtude da alteração dos requisitos de idade impostos pelo atual regime para aposentação.

Finalmente refira-se que análise dos indicadores do presente documento não pode ser isolada ou circunscrita à organização. Impõe-se situá-la num contexto mais amplo e alargado. É por isso, pertinente e necessário, contextualizar os dados do ISSM,IP-RAM na realidade da administração pública regional e nacional de modo a podermos compreender a estrutura, a dinâmica e a evolução.

Helena Bettencourt Góis Neves da Costa

"NÃO HÁ DUAS ORGANIZAÇÕES IGUAIS, ASSIM COMO NÃO HÁ DUAS PESSOAS IGUAIS."

A. CHIAVENATO, IN TEORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO

ELABORADO POR:

Dr.ª Helena P. B. G. Neves da Costa – Diretora de Departamento de Recursos Humanos

Dr. Tiago Melo Ferreira Rocha – Técnico Superior

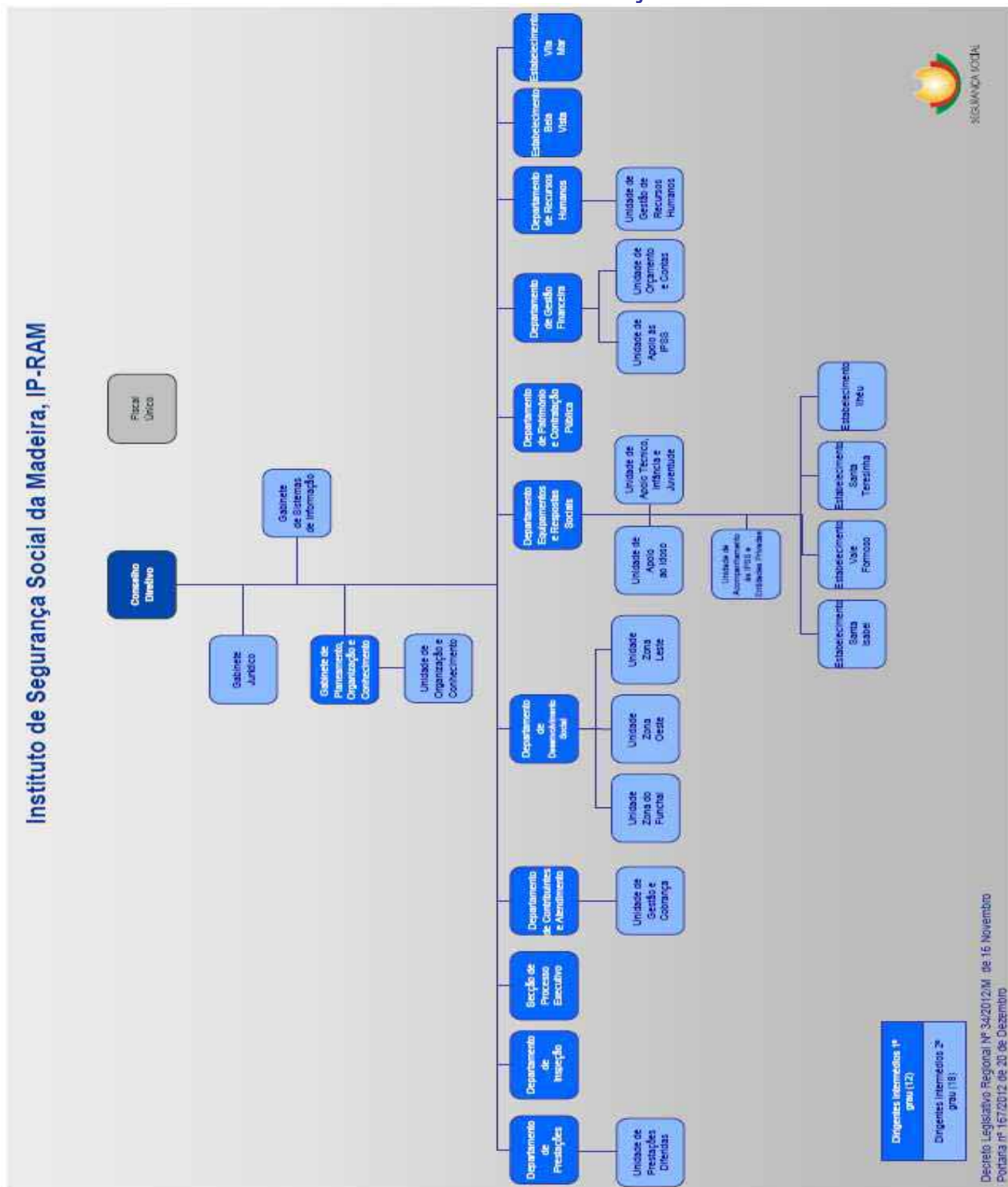
Dr. Nuno Miguel Figueira Ribeiro Pereira – Técnico Superior

Roberto Rodrigues – Assistente Técnico

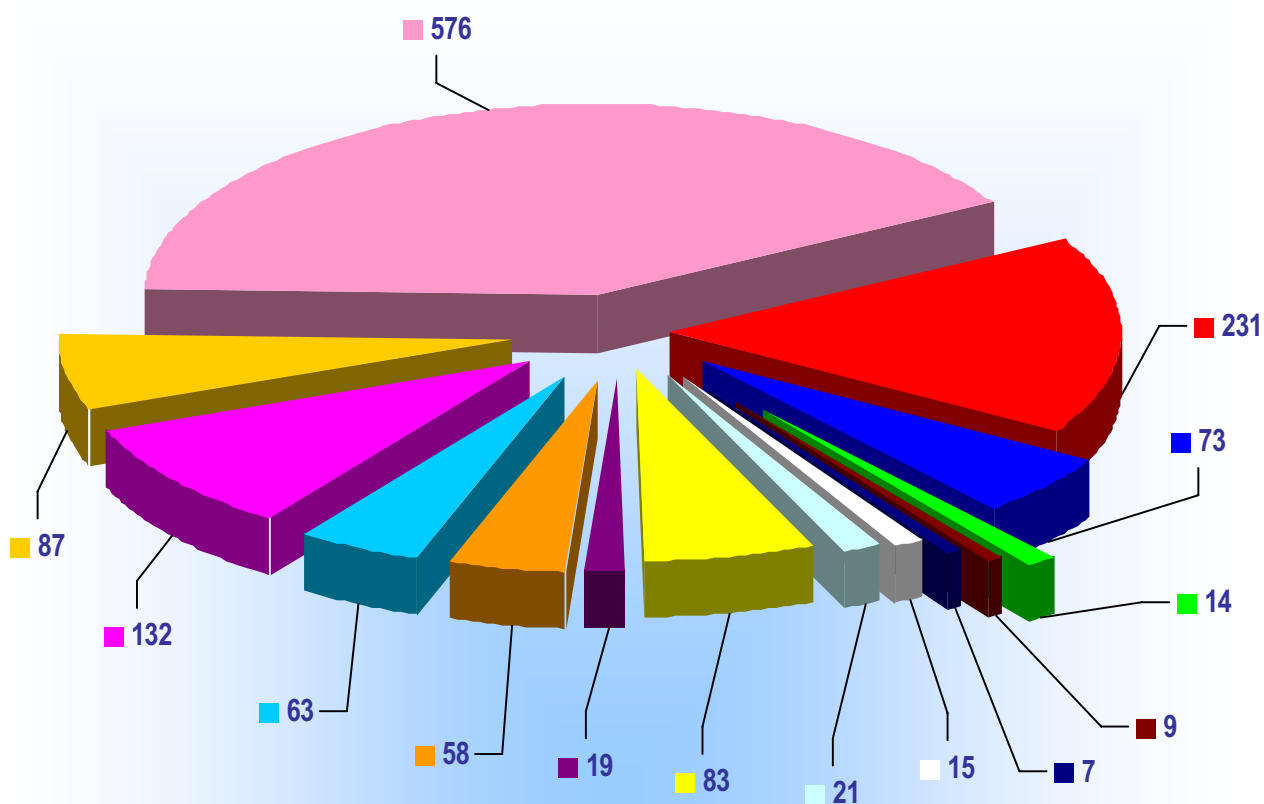
ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
ORGANIGRAMA	7
GRÁFICOS E INDICADORES	8
1. RECURSOS HUMANOS	18
1.1. EFECTIVOS POR GRUPO DE PESSOAL SEGUNDO A RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO	18
1.2. ESTRUTURA ETÁRIA	19
1.3 NÍVEL MÉDIO DE IDADE	19
1.4. ESTRUTURA DE ANTIGUIDADES	20
1.5 NÍVEL MÉDIO DE ANTIGUIDADE	20
1.6 TRABALHADORES ESTRANGEIROS	21
1.7 TRABALHADORES DEFICIENTES	21
1.8 ESTRUTURA HABILITACIONAL	22
1.9 ADMISSÕES DURANTE O ANO	23
1.10 SAÍDAS DURANTE O ANO	24
1.11 MOTIVO DAS SAÍDAS DOS TRABALHADORES NOMEADOS	25
1.12 MOTIVO DAS SAÍDAS DOS TRABALHADORES CONTRATADOS	26
1.13 POSTOS DE TRABALHO NÃO OCUPADOS POR DIFICULDADES DE PROVIMENTO	27
1.14 ALTERAÇÕES DO POSICIONAMENTO REMUNERATÓRIO / PROMOÇÕES	27
1.15 MODALIDADE DE HORÁRIO	28
1.16 TRABALHO EXTRAORDINÁRIO, NOCTURNO E EM DIAS DE DESCANSO SEMANAL, COMPLEMENTAR E FERIADOS	29
1.17 AUSÊNCIAS AO TRABALHO (DIAS DE AUSÊNCIA)	30
1.18 HORAS NÃO TRABALHADAS	31
2. ENCARGOS COM PESSOAL	32
3. HIGIENE E SEGURANÇA	33
3.1 ACIDENTES DE SERVIÇO	33
3.2 DOENÇAS PROFISSIONAIS	34
3.3. ACTIVIDADES DE MEDICINA NO TRABALHO	34
3.4. INTERVENÇÕES DAS COMISSÕES DE HIGIENE E SEGURANÇA	34
3.5.EFECTIVOS RECLASSIFICADAS OU RECOLOCADAS EM RESULTADO DE ACIDENTES DE TRABALHO	35
3.6. ACÇÕES DE FORMAÇÃO E DE SENSIBILIZAÇÃO EM MATÉRIA DE SEGURANÇA REALIZADAS	35
3.7. CUSTOS COM A PREVENÇÃO DE ACIDENTES E DOENÇAS PROFISSIONAIS	35
4. FORMAÇÃO PROFISSIONAL	36
4.1 NÚMERO DE ACÇÕES	36
4.2 NÚMERO DE PARTICIPANTES	36
4.4 CUSTOS DE FORMAÇÃO	37
5. PRESTAÇÕES SOCIAIS	37
6. RELAÇÕES PROFISSIONAIS	38
7. COBERTURA GEOGRÁFICA POR CONCELHOS	39
8. COBERTURA DE QUADROS	40

ORGANIGRAMA DO INSTITUTO DE SEGURANÇA SOCIAL DA MADEIRA

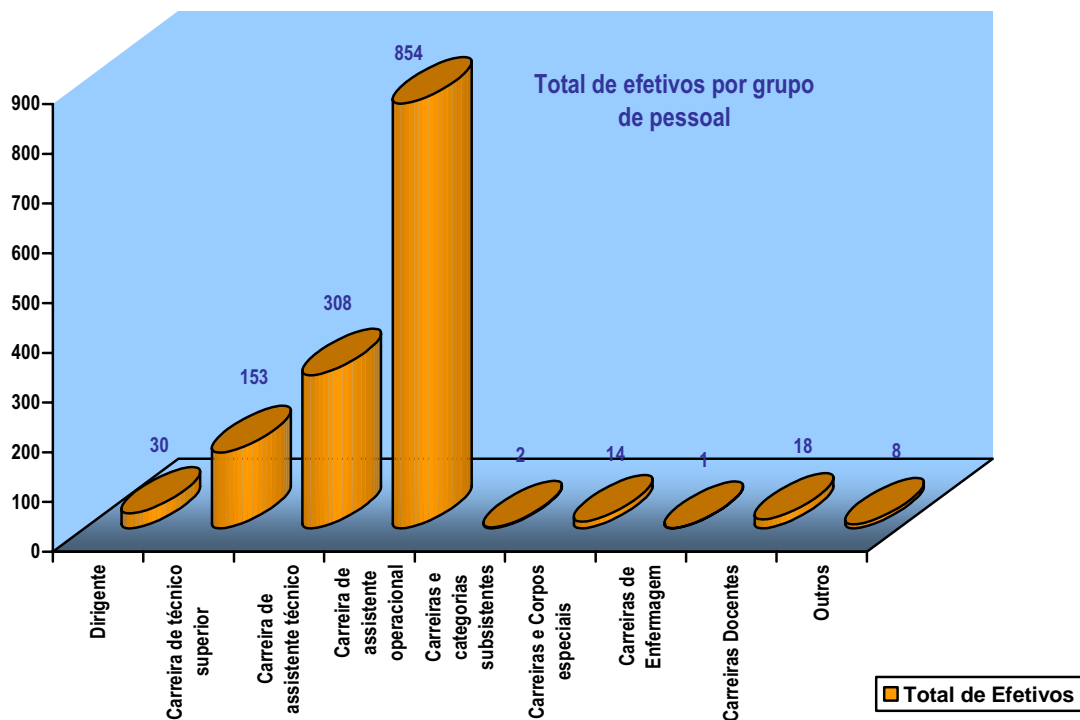


Total de efetivos por estrutura do ISSM



- CONSELHO DIRECTIVO
- GABINETE JURÍDICO
- SECÇÃO DE PROCESSO EXECUTIVO
- DEPARTAMENTO DE INSPEÇÃO
- GABINETE DE PLANEAMENTO ORGANIZAÇÃO E CONHECIMENTO
- DEPARTAMENTO DE PATRIMÓNIO E CONTRATAÇÃO PÚBLICA
- DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
- DEPARTAMENTO DE GESTÃO FINANCEIRA
- DEPARTAMENTO DE PRESTAÇÕES
- DEPARTAMENTO DE CONTRIBUINTES E ATENDIMENTO
- DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
- DEPARTAMENTO DE EQUIPAMENTOS E RESPOSTAS SOCIAIS
- ESTABELECIMENTO BELA VISTA
- ESTABELECIMENTO VILAMAR

A carreira de assistente operacional representa 61,5% dos RH do ISSM e tem como função, essencialmente, o apoio à terceira idade junto das populações e Estabelecimentos no âmbito do sistema de Ação Social.



Os indicadores de tecnicidade registam um ligeiro aumento em relação ao ano anterior. Relativamente aos indicadores de enquadramento e feminização regista-se uma continuidade em relação a 2011.

Indicador de tecnicidade (sentido restrito):

$$\frac{\text{pessoal técnico superior}}{\text{total de efetivos}} \times 100 = 11\%$$

Indicador de tecnicidade (sentido lato):

$$\frac{\text{p.téc.sup.+ p. inf.}}{\text{total de efetivos}} \times 100 = 11.6\%$$

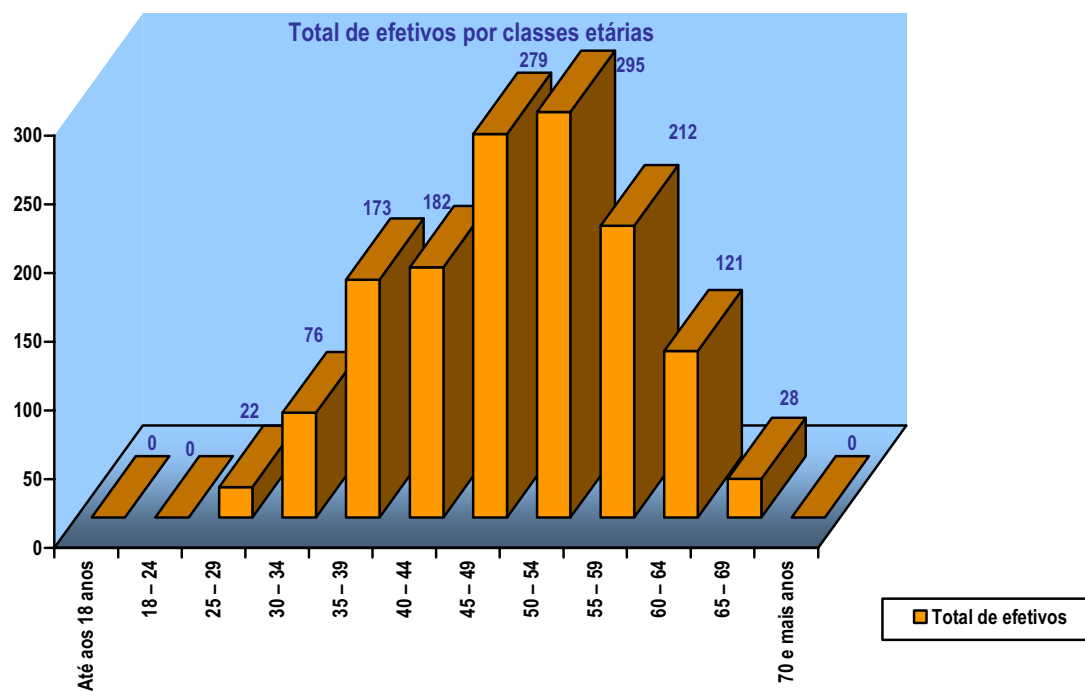
Indicador de enquadramento:

$$\frac{\text{pessoal dirigente}}{\text{total de efetivos}} \times 100 = 2.2\%$$

Indicador de feminização:

$$\frac{\text{total de efetivos (mulheres)}}{\text{total de efetivos}} \times 100 = 87.2\%$$

Em relação a anos anteriores, a classe modal continua a situar-se na faixa dos 50 a 54 anos. Não obstante, a idade média em 2012 (48,3 anos) regista um ligeiro aumento em relação ao ano anterior (47,37 anos). Verifica-se o envelhecimento gradual dos efetivos. O número de efetivos jovens (22) tendo a decrescer nos últimos 4 anos. Em 2009 eram cerca de 66, em 2010 passaram para 40 jovens, em 2011 apenas 34 e em 2012 diminuiu para 22. Por outro lado aumentou o número de efetivos nas classes etárias mais altas.



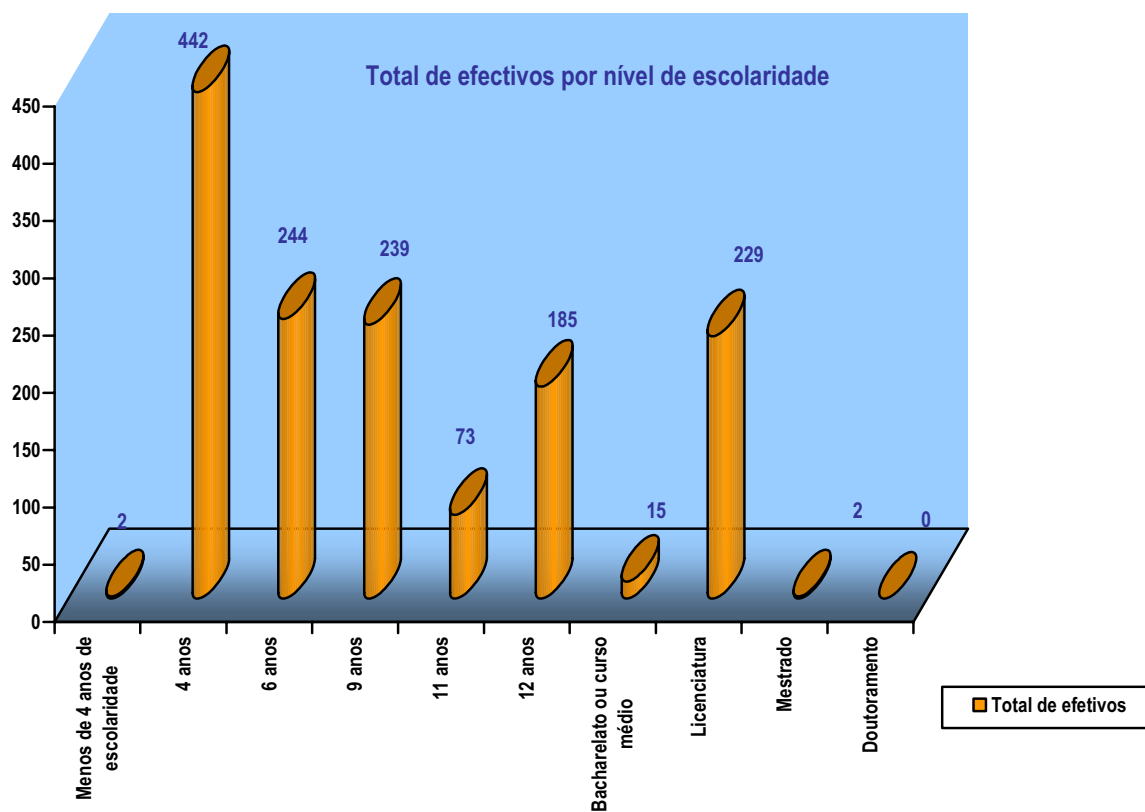
Indicador de emprego de jovens:

$$\frac{\text{efetivos jovens (até 29 anos)}}{\text{total de efetivos}} \times 100 = \mathbf{1.6\%}$$

Indicador de envelhecimento:

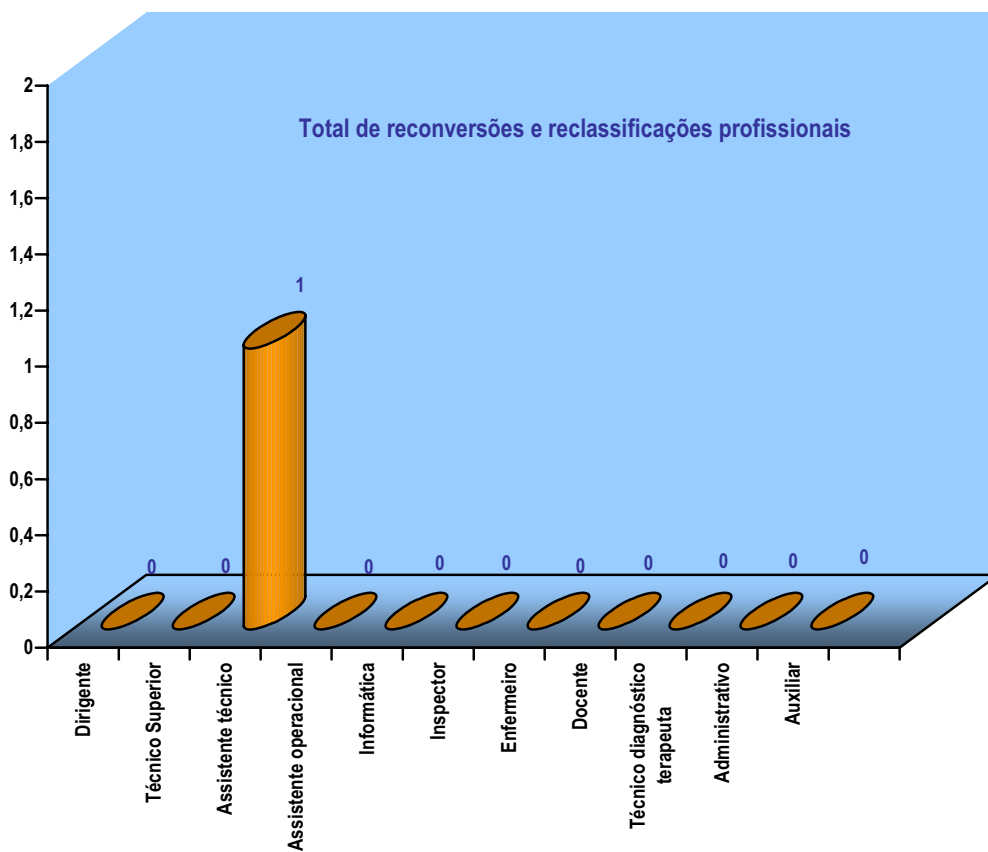
$$\frac{\text{efetivos com idade acima dos 55 anos}}{\text{total de efetivos}} \times 100 = \mathbf{26\%}$$

A tendência de níveis de escolaridade baixos mantém-se ao longo dos anos, sobretudo pelo peso dos assistentes operacionais na estrutura da organização. No entanto o número de efetivos com formação superior, sofreu uma inversão da tendência dos últimos anos em aumentar o número de efetivos com formação superior, em 2012, constatou-se uma ligeira diminuição neste indicador.



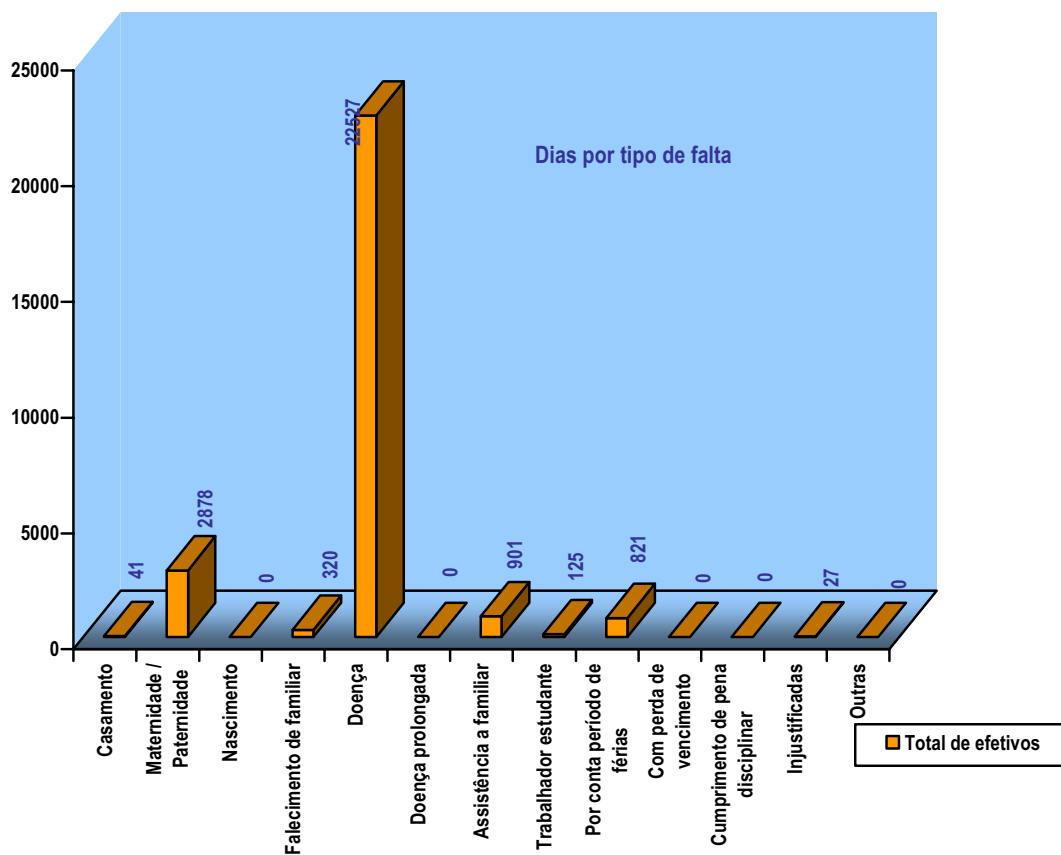
Indicador de formação superior:

$$\frac{\text{efetivos com bacharelato} + \text{licenciatura} + \text{mestrado} + \text{doutoramento}}{\text{total de efetivos}} \times 100 = 17\%$$

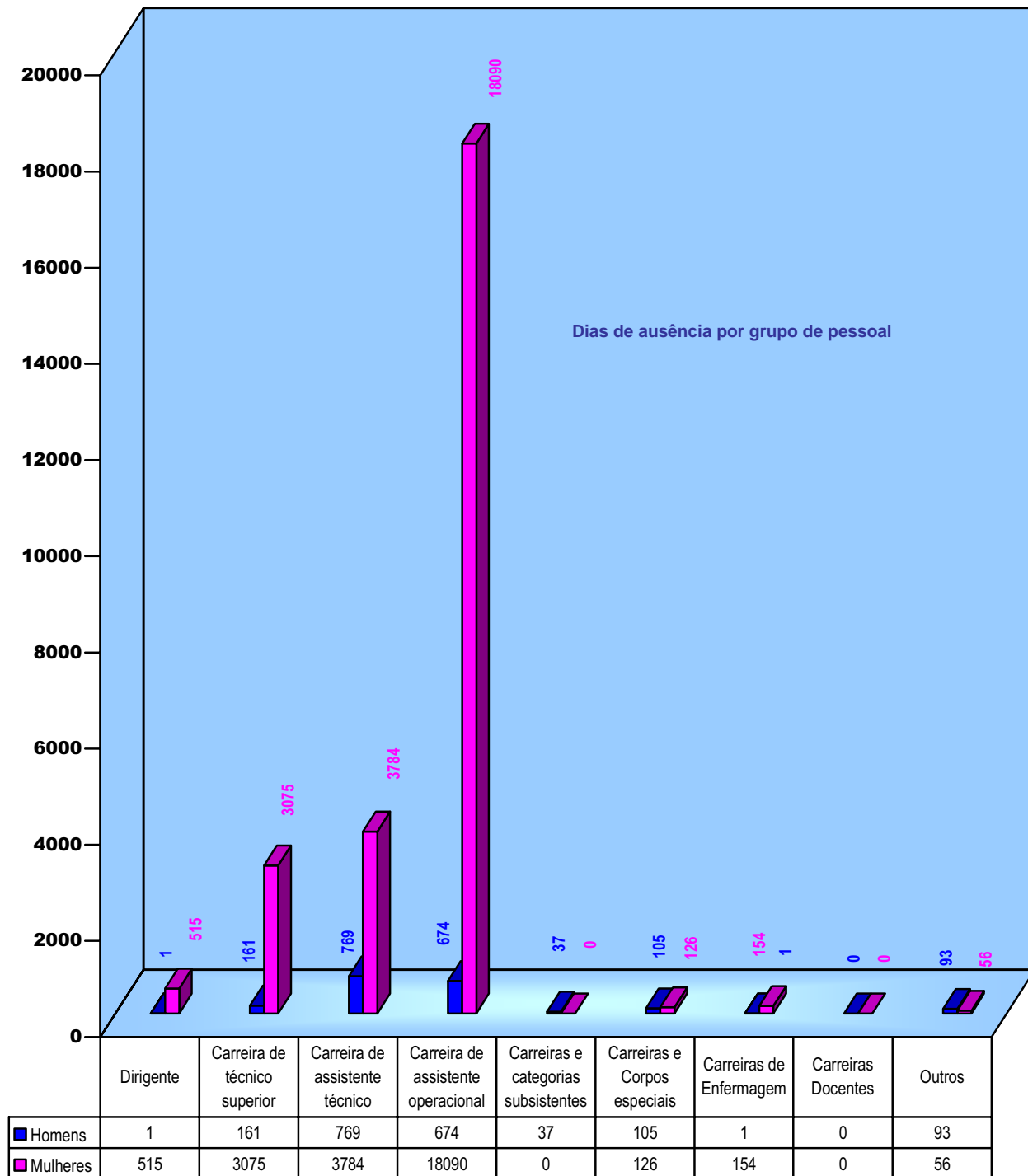


Indicador de reconversões e reclassificações profissionais:

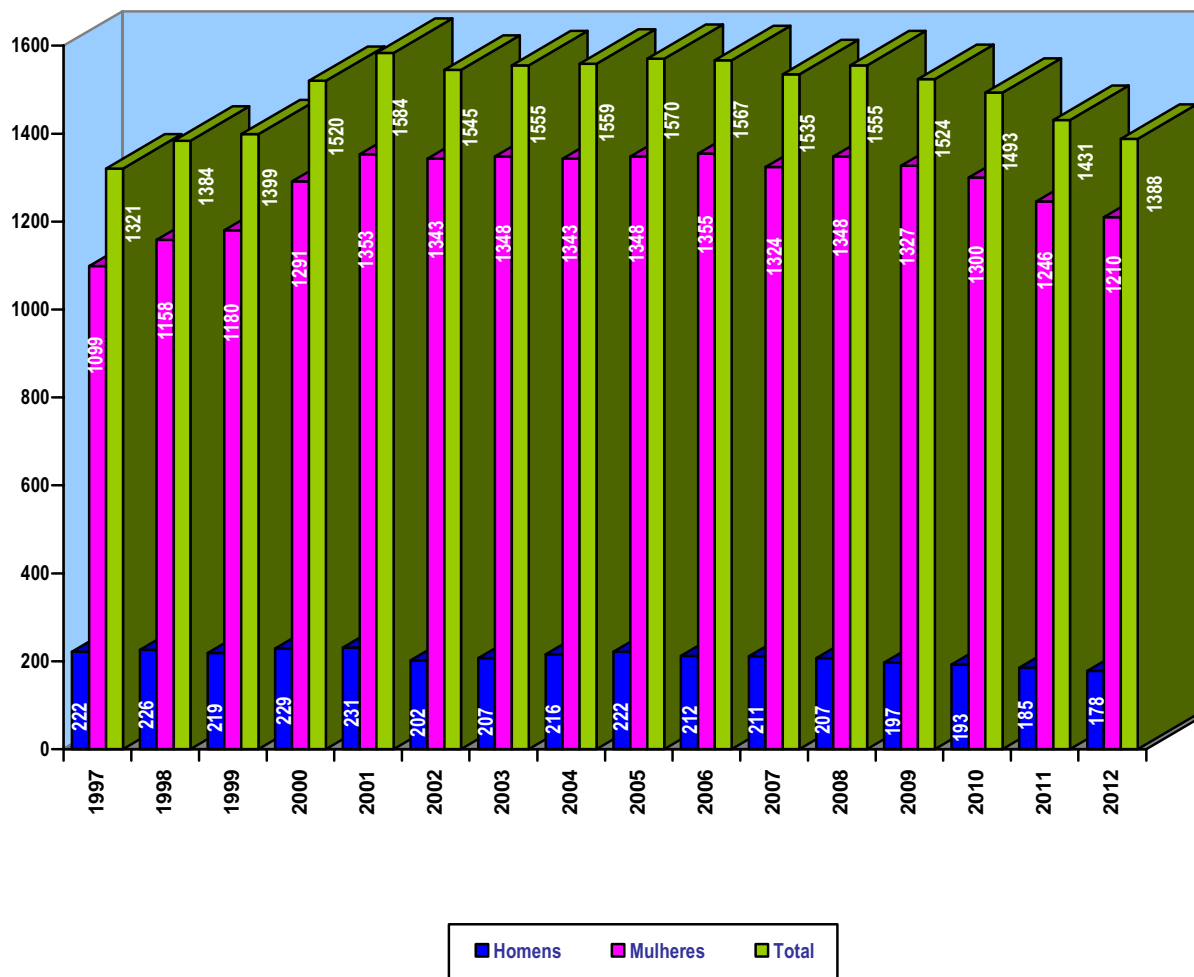
$$\frac{\text{reconversões e reclassificações profissionais}}{\text{total de efetivos}} \times 100 = \mathbf{0.07 \%}$$



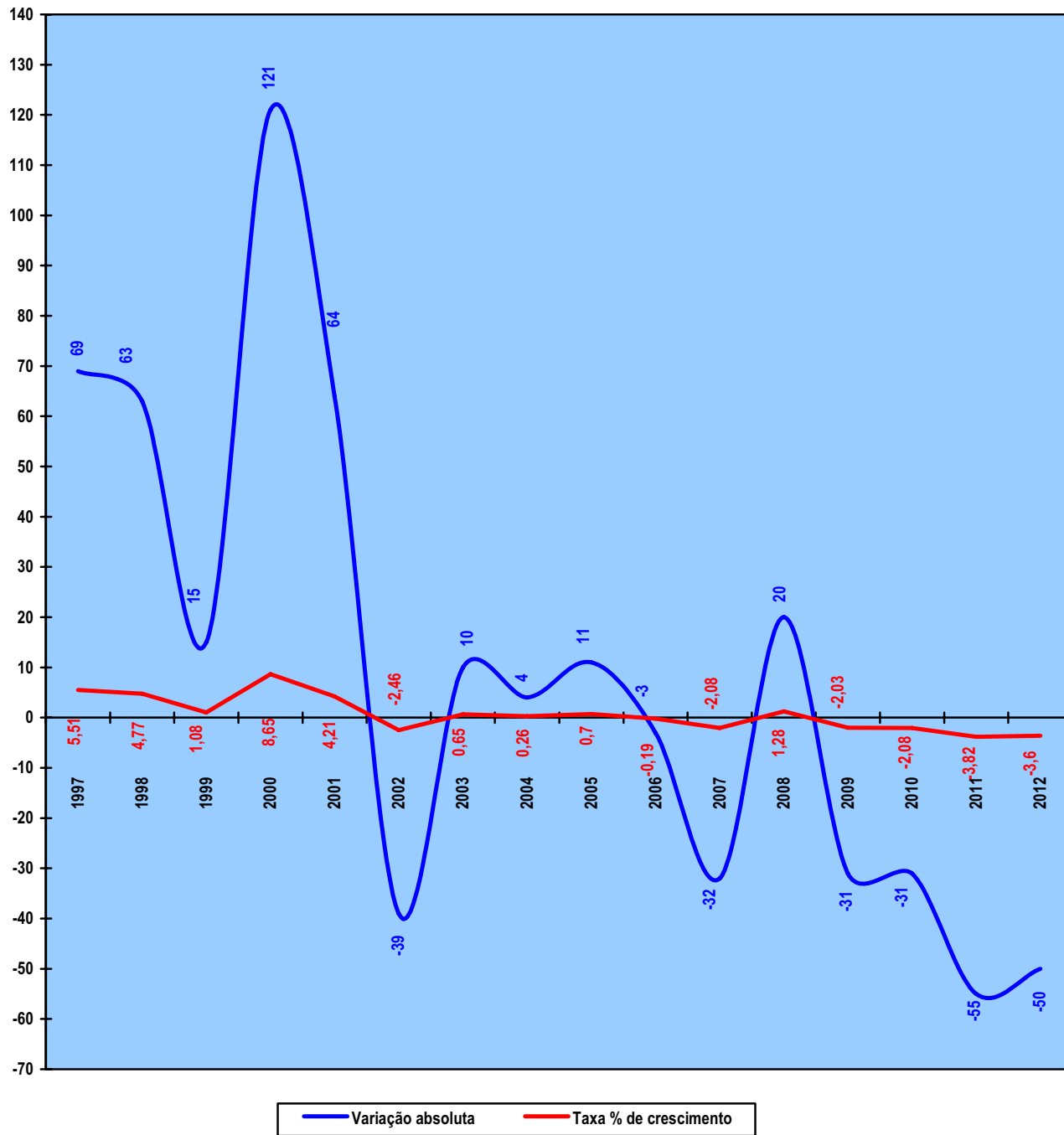
As faltas por doença continuam a ser a principal razão de absentismo. Contudo, regista-se um decréscimo do número de dias em relação ao ano anterior (2 162).



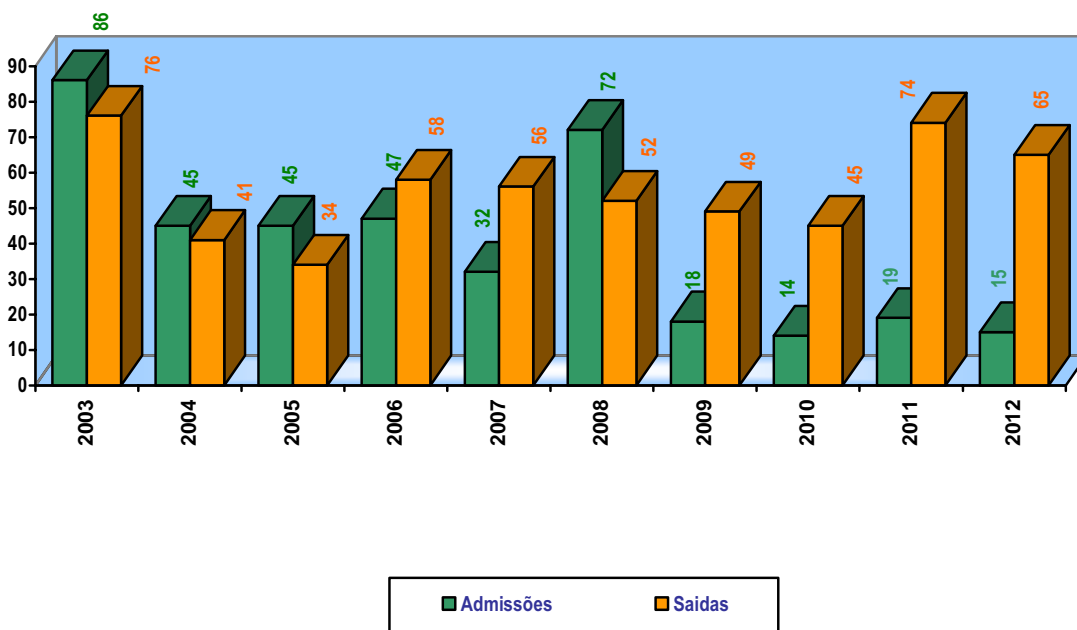
Efetivos globais do CSSM entre 1996 e 2012



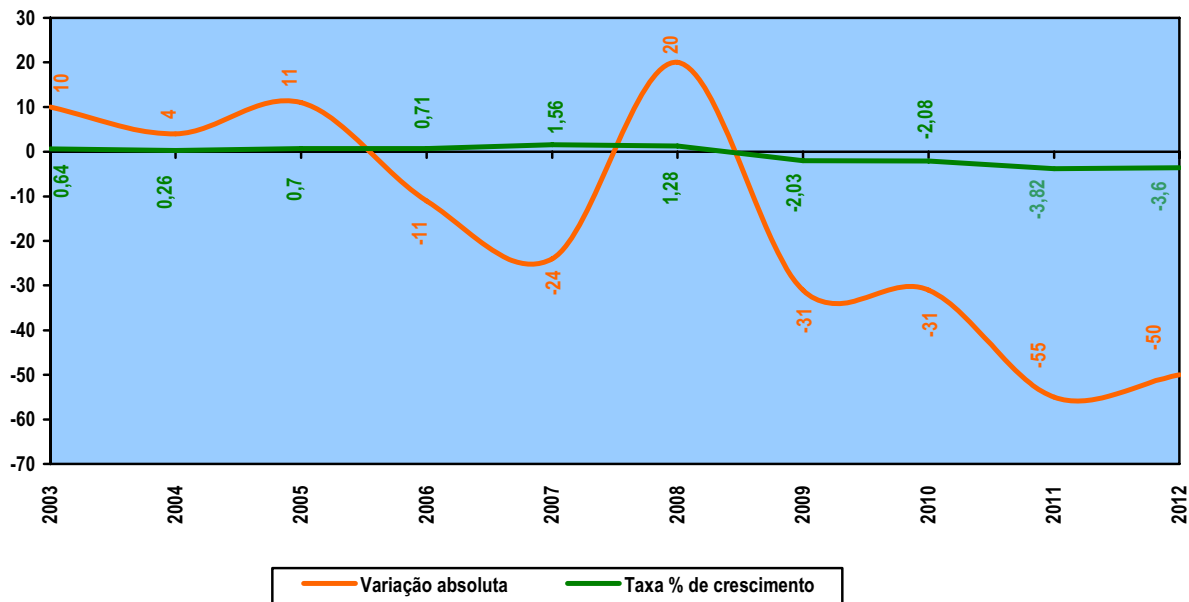
Varição dos efetivos globais ISSM entre 1996 e 2012



Admissões e saídas do ISSM entre 2003 e 2012



Varição das admissões e saídas do ISSM entre 2003 e 2012



1. RECURSOS HUMANOS

1.1. Efetivos por grupo de pessoal segundo a relação jurídica de emprego

1. Recursos humanos		Dirigente	Carreira Técnico Superior	Carreira Assistente Técnico	Carreira Assistente Operacional	Carreiras e Categorias subsistentes	Carreiras e Corpos especiais	Carreiras de Enfermagem	Carreiras Docentes	Outros	Total
1.1 Total de Efetivos	H	3	23	62	72	2	6	0	8	2	178
	M	27	130	246	782	0	8	1	10	6	1210
	T	30	153	308	854	2	14	1	18	8	1388
1.1.1 Nomeação	H						5				5
	M						4				4
	T						9				9
1.1.2 Contrato por tempo indeterminado	H	3	21	62	71	2	1			2	162
	M	27	129	246	782		4			6	1194
	T	30	150	308	853	2	5			8	1356
1.1.3 Contrato a termo resolutivo, certo ou incerto	H										0
	M										0
	T										0
1.1.4 Outros ¹	H		2		1				8		11
	M		1					1	10		12
	T		3		1			1	18		23
1.1.5 Total		30	153	308	854	2	14	1	18	8	1388

¹ Comissão de serviço, requisitados ou mobilidade interna no I.S.S.M.

1.2. Estrutura Etária

1.2 Estrutura Etária (em 31 de Dezembro)	<i>Homens</i>	<i>Mulheres</i>	<i>Total</i>
Até aos 18 anos			0
18 – 24			0
25 – 29		22	22
30 – 34	11	65	76
35 – 39	34	139	173
40 – 44	27	155	182
45 – 49	27	252	279
50 – 54	39	256	295
55 – 59	28	184	212
60 – 64	11	110	121
65 – 69	1	27	28
70 e mais anos			0
Total	178	1210	1388

1.3 Nível Médio de Idade

1.3 Nível médio de idades	Soma das Idades Total de Efetivos	48,30
Nível médio etário masculino	Soma das Idades Total de Efetivos	47,03
Nível médio etário feminino	Soma das Idades Total de Efetivos	48,49

1.4. Estrutura de antiguidades²

1.4 - ESTRUTURA ANTIGUIDADES (em 31 de Dezembro)	Homens	Mulheres	Total	Dirigente	Carreira Técnico Superior	Carreira Assistente Técnico	Carreira Assistente Operacional	Carreiras e Categorias subsistentes	Carreiras e Corpos especiais	Carreiras de Enfermagem	Carreiras Docentes	Outros	Total
Até 5 anos	7	84	91		17	5	61		2		6		91
5-9	29	117	146	1	59	36	44				6		146
10-14	37	331	368	9	51	84	215		5		2	2	368
15-19	34	335	369	9	13	48	292		3		2	2	369
20-24	18	84	102	7	5	30	58		1		1		102
25-29	21	136	157	3	6	31	113	1	2			1	157
30-35	14	84	98	1	1	40	52				1	3	98
Mais de 36	17	39	56		1	34	19	1		1			56

² Não inclui as prestações de serviço

1.5 Nível médio de antiguidade

1.5 Nível médio de antiguidade	Soma das antiguidades Total de efetivos	17,37
1.5.1 Nível médio de antiguidade masculino	Soma das antiguidades Total de efetivos	19,02
1.5.2 Nível médio de antiguidade feminino	Soma das antiguidades Total de efetivos	17,13

1.6 Trabalhadores Estrangeiros

1.6 Trabalhadores estrangeiros	Homens	Mulheres	Total
1.6.1 De países da UE	-	-	-
1.6.2 Dos PALOP	-	-	-
1.6.3 Do Brasil	-	-	-
1.6.4 De outros países	-	-	-

1.7 Trabalhadores Deficientes

	Homens	Mulheres	Total
1.7 Trabalhadores deficientes	4	7	11

1.8 Estrutura habilitacional

1.8 Estrutura habilitacional (em 31 de Dezembro)	<i>Homens</i>	<i>Mulheres</i>	Total	%
Menos de 4 anos de escolaridade	1	1	2	0,14%
4 anos de escolaridade	34	391	425	30,62%
6 anos de escolaridade	31	210	241	17,36%
9 anos de escolaridade	40	187	227	16,35%
11 anos de escolaridade	6	64	70	5,04%
12 anos de escolaridade	27	160	187	13,47%
Bacharelato ou curso médio	1	9	10	0,72%
Licenciatura	38	185	223	16,07%
Mestrado		3	3	0,22%
Doutoramento			0	0,00%

1.9 Admissões durante o ano

1.9 Admissões (durante o ano) ³	Dirigente	Carreira Técnico Superior	Carreira Assistente Técnico	Carreira Assistente Operacional	Carreiras e Categorias subsistentes	Carreiras e Corpos especiais	Carreiras de Enfermagem	Carreiras Docentes	Outros	Total
1.9.1 Nomeação	H									0
	M									0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.9.2 Contrato por tempo indeterminado	H	1								1
	M	3	2	1						6
	T	0	4	2	1	0	0	0	0	7
1.9.3 Prestação de serviços	H									0
	M									0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.9.4 Outros ⁴	H			1				2		3
	M						1	4		5
	T	0	0	0	1	0	0	1	6	8
1.9.5 Total	H	1		1				2		4
	M	3	2	1			1	4		11
	T	0	4	2	2	0	0	1	6	15

³ Consideram-se os efectivos admitidos pela 1ª vez ou regressados ao serviço.

⁴ Efectivos requisitados, mobilidade interna ou destacados no I.S.S.M.

1.10 Saídas durante o ano

1.10 Saídas (durante o ano) ⁵		Dirigente	Carreira Técnico Superior	Carreira Assistente Técnico	Carreira Assistente Operacional	Carreiras e Categorias subsistentes	Carreira e Corpos especiais	Carreiras de Enfermagem	Carreiras Docentes	Outros	Total
1.10.1 Com nomeação	H						2				2
	M										0
	T	0	0	0	0	0	2	0	0	0	2
1.10.2 Com contrato	H		1	2	2			4		1	10
	M		2	8	22			16	5		53
	T	0	3	10	24	0	0	20	5	1	63
1.10.3 Outros	H										0
	M										0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.10.4 Total	H		1	2	2		2	4		1	12
	M		2	8	22			16	5		53
	T	0	3	10	24	0	2	20	5	1	65

⁵ Considera-se o total de efetivos saídos definitivamente ou com possibilidade de regresso.

1.11 Motivo das Saídas dos trabalhadores nomeados

1.11 Motivo das saídas dos trabalhadores nomeados ⁶	Dirigente	Carreira Técnico Superior	Carreira Assistente Técnico	Carreira Assistente Operacional	Carreiras e Categorias subsistentes	Carreira e Corpos especiais	Carreiras de Enfermagem	Carreiras Docentes	Outros	Total
1.11.1 Falecimento	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.11.2 Exoneração	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.11.3 Aposentação	0	0	0	0	0	0	2	0	0	2
1.11.4 Limite de idade	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.11.5 Aposentação compulsiva	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.11.6 Demissão	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.11.7 Mútuo acordo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.11.8 Outros ⁷	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.11.9 Total	0	0	0	0	0	0	2	0	0	2

⁶ Considera-se apenas as saídas definitivas de trabalhadores.

⁷ Funcionários saídos por transferência, por destacamento e por cedência especial.

1.12 Motivo das saídas dos trabalhadores contratados

1.12 Motivo das saídas dos trabalhadores contratados	Dirigente	Carreira Técnico Superior	Carreira Assistente Técnico	Carreira Assistente Operacional	Carreiras e Categorias subsistentes	Carreira e Corpos especiais	Carreiras de Enfermagem	Carreiras Docentes	Outros	Total
1.12.1 Caducidade	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.12.1.1 Falecimento	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
1.12.1.2 Reforma / Aposentação	0	0	7	20	0	0	1	0	1	29
1.12.1.3 Outras causas de caducidade	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.12.2 Revogação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.12.3 Resolução	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
1.12.4 Denúncia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.12.5 Outros	0	3	1	4	0	0	19	5	0	32
1.12.6 Total	0	3	10	24	0	0	20	5	1	63

1.13 Postos de trabalho não ocupados por dificuldades de provimento

1.13	POSTOS DE TRABALHO NÃO OCUPADOS POR DIFICULDADES DE PROVIMENTO	Carreira/profissão	Número de postos de trabalho
1.13.1	Ausência de autorização pelas entidades competentes	-	-
1.13.2	Não abertura de procedimento	Assistente Técnico	2
1.13.3	Impugnação do procedimento	-	-
1.13.4	Outras	Técnico Superior	24
		Assistente Técnico	15
		Assistente Operacional	7

1.14 Alterações do posicionamento remuneratório / promoções

1.14	ALTERAÇÕES DO POSICIONAMENTO REMUNERATÓRIO / PROMOÇÕES		Dirigente	Carreira Técnico Superior	Carreira Assistente Técnico	Carreira Assistente Operacional	Carreiras e Categorias subsistentes	Carreira e Corpos especiais	Carreiras de Enfermagem	Carreiras Docentes	Outros	Total
1.14.1	Alterações do posicionamento remuneratório	H	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.14.2	Promoções (carreiras e categorias subsistentes, carreiras e corpos especiais)	H	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.14.3	TOTAL	H	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

1.15 Modalidade de horário

1.15 Modalidades de horário	Dirigente	Carreira Técnico Superior	Carreira Assistente Técnico	Carreira Assistente Operacional	Carreiras e Categorias subsistentes	Carreira e Corpos especiais	Carreiras de Enfermagem	Carreiras Docentes	Outros	Total
1.15.1 Rígido	0	144	262	667	2	12	1	18	3	1109
1.15.2 Flexível	0	3	8	3	0	0	0	0	0	14
1.15.3 Desfasado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.15.4 Jornada contínua	0	3	3	11	0	0	0	0	0	17
1.15.5 Por turnos	0	0	32	171	0	0	0	0	5	208
1.15.6 Trabalhador Estudante	0	3	3	0	0	2	0	0	0	8
1.15.7 Assistência a descendentes menores	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.15.8 Tempo parcial	0	0	0	2	0	0	0	0	0	2
1.15.9 Isenção de horário	30	0	0	0	0	0	0	0	0	30
1.15.10 Adaptabilidade	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.15.11 Total	30	153	308	854	2	14	1	18	8	1388

1.16 Trabalho extraordinário, noturno e em dias de descanso semanal, complementar e feriados

1.16	TRABALHO EXTRAORDINÁRIO, NOCTURNO E EM DIAS DE DESCANSO SEMANAL, COMPLEMENTAR E FERIADOS		Número de horas
		H	7.037,30
1.16.1	Trabalho extraordinário	M	884,30
		T	7.921,60
		H	0,00
1.16.2	Trabalho extraordinário compensado por duração do período normal de trabalho	M	0,00
		T	0,00
		H	0,00
1.16.3	Trabalho extraordinário compensado por acréscimo do período de férias	M	0,00
		T	0,00
		H	3.485,20
1.16.4	Trabalho noturno	M	10.315,60
		T	13.800,80
		H	4.046,60
1.16.5	Em dias de descanso complementar	M	19.699,06
		T	23.745,66
		H	0,00
1.16.6	Em dias de descanso semanal	M	0,00
		T	0,00
		H	0,00
1.16.7	Em dias feriados	M	0,00
		T	0,00

Balanço Social 2012

1.17 Ausências ao trabalho (dias de ausência)

1.17 Ausências ao trabalho	Dirigente	Carreira Técnico Superior	Carreira Assistente Técnico	Carreira Assistente Operacional	Carreiras e Categorias subsistentes	Carreira e Corpos especiais	Carreiras de Enfermagem	Carreiras Docentes	Outros	Total	
1.17.1 Casamento	H	0	0	15	0	0	0	0	0	15	
	M	0	0	26	0	0	0	0	0	26	
	T	0	0	41	0	0	0	0	0	41	
1.17.2 Maternidade/ paternidade	H	0	90	40	20	0	0	0	0	150	
	M	242	1567	487	432	0	0	0	0	2728	
	T	242	1657	527	452	0	0	0	0	2878	
1.17.3 Nascimento	H	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
1.17.4 Falecimento de familiar	H	0	5	32	8	0	8	1	0	54	
	M	1	15	60	187	0	0	3	0	266	
	T	1	20	92	195	0	8	4	0	320	
1.17.5 Doença	H		27	583	621	37	97		85	1450	
	M	224	1127	2599	16843		115	119	50	21077	
	T	224	1154	3182	17464	37	212	119	0	22527	
1.17.6 Doença prolongada	H	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
1.17.7 Assistência a familiar	H	0	26	28	0	0	0	0	5	59	
	M	25	258	255	267	0	5	32	0	842	
	T	25	284	283	267	0	5	32	0	901	
1.17.8 Trabalhador estudante	H	0	0	0	2	0	0	0	0	2	
	M	0	21	59	43	0	0	0	0	123	
	T	0	21	59	45	0	0	0	0	125	
1.17.9 Por conta período de férias	H	1	13	71	23	0	0	0	3	111	
	M	23	61	297	318	0	6	0	6	710	
	T	24	74	368	341	0	6	0	9	821	
1.17.10 Com perda de vencimento	H	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
1.17.11 Cumprimento de pena disciplinar	H	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
1.17.12 Injustificadas	H	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	M	0	26	1	0	0	0	0	0	27	
	T	0	26	1	0	0	0	0	0	27	
1.17.13 Outras	H	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
1.17.14 Total	H	1	161	769	674	37	105	1	0	93	1841
	M	515	3075	3784	18090	0	126	154	0	56	25799
	T	516	3236	4553	18764	37	231	155	0	149	27640

1.18 Horas não trabalhadas

1.18 Horas não trabalhadas		Dirigente	Carreira Técnico Superior	Carreira Assistente Técnico	Carreira Assistente Operacional	Carreiras e Categorias subsistentes	Carreira e Corpos especiais	Carreiras de Enfermagem	Carreiras Docentes	Outros	Total
1.18.1 Atividade sindical	H	0	0	0	0	0	0	243	0	0	243
	M	0	0	35	66	0	0	0	0	0	101
	T	0	0	35	66	0	0	243	0	0	344
1.18.2 Greve	H	0	14	42	42	0	0	15	0	0	113
	M	0	14	91	147	0	0	15	0	0	268
	T	0	28	133	189	0	0	31	0	0	381

2. ENCARGOS COM PESSOAL

2	ENCARGOS COM PESSOAL	Valor em euros
2.1	Remuneração base	17.154.399,17 €
2.2	Trabalho extraordinário	31.677,49 €
2.3	Trabalho noturno	70.200,52 €
2.4	Trabalho em descanso semanal, complementar e feriados	157.228,82 €
2.5	Disponibilidade permanente	-
2.6	Outros regimes especiais de prestação de trabalho	-
2.7	Risco, penosidade ou insalubridade	-
2.8	Fixação na periferia	-
2.9	Trabalho por turnos	522.592,65 €
2.10	Abono para falhas	40.737,41 €
2.11	Participação em reuniões	-
2.12	Ajudas de custo	60.723,42 €
2.13	Transferências de localidade	-
2.14	Representação	99.495,51 €
2.15	Secretariado	5.598,24 €
2.16	Outros	236.431,76 €
2.17	Total	18.379.084,99 €

2.17.1 Leque salarial líquido:	Maior remuneração base líquida	6.453,69 €
	Menor remuneração base líquida	126,00 €

3. HIGIENE E SEGURANÇA

3.1 Acidentes de serviço

3 HIGIENE E SEGURANÇA									
3.1	ACIDENTES EM SERVIÇO	No local de Trabalho				In itinere			
		Total	Menos de 60 dias de baixa	60 dias ou mais de baixa	Mortais	Total	Menos de 60 dias de baixa	60 dias ou mais de baixa	Mortais
3.1.1	Número total de acidentes	45	31	14	0	0	0	0	0
3.1.2	Número de acidentes com baixa	45	31	14	0	0	0	0	0
3.1.3	Número de dias perdidos com baixa	2987	850	2137	0	0	0	0	0
3.1.4	Número de casos de incapacidade permanente declarados no ano	0	0	0	0	0	0	0	0
3.1.5	Número de casos de incapacidade permanente absoluta	0	0	0	0	0	0	0	0
3.1.6	Número de casos de incapacidade permanente parcial	0	0	0	0	0	0	0	0
3.1.7	Número de casos de incapacidade permanente absoluta para o trabalho habitual	0	0	0	0	0	0	0	0
3.1.8	Número de casos de incapacidade temporária e absoluta	45	31	14	0	0	0	0	0
3.1.9	Número de casos de incapacidade temporária e parcial	0	0	0	0	0	0	0	0

3.2 Doenças profissionais

3.2 Doenças Profissionais	Número de casos	Número de dias perdidos
3.2.1	-	-
3.2.2	-	-
3.2.3	-	-
3.2.4	-	-
3.2.5	-	-

3.3. Atividades de medicina no trabalho

3.3 Atividades de medicina no trabalho	Número	Valor (euros)
3.3.1. Exames médicos efetuados	-	-
3.3.1.1. Exames de admissão	-	-
3.3.1.2. Exames periódicos	-	-
3.3.1.3. Exames ocasionais e complementares	-	-
3.3.1.4. Exames de cessação de funções	-	-
3.3.2. Despesas com medicina no trabalho	-	-
3.3.3. Visitas aos postos de trabalho	-	-

3.4. Intervenções das comissões de higiene e segurança

3.4 Intervenções das Comissões de higiene e Segurança	Número
3.4.1. Reuniões anuais de higiene e segurança	-
3.4.2. Visitas aos locais de trabalho	-

3.5.Efectivos reclassificadas ou recolocadas em resultado de acidentes de trabalho

3.5 Número de pessoas reclassificadas ou recolocadas em resultado de acidentes de trabalho	-
--	---

3.6. Ações de Formação e de sensibilização em matéria de segurança realizadas durante o ano de serviço

3.6.1. Número de ações desenvolvidas	-
3.6.2. Número de pessoas abrangidas	-

3.7. Custos com a prevenção de acidentes e doenças profissionais

3.7. Custos com a prevenção de acidentes e doenças profissionais	Valor em Euros
3.7.1. Encargos de estrutura de medicina do trabalho e segurança no trabalho	-
3.7.2. Custos com equipamentos de proteção	-
3.7.3. Custos com formação em prevenção de riscos	-
3.7.4. Outros custos	-

4. FORMAÇÃO PROFISSIONAL

4.1 Número de ações

4. Formação Profissional				
Duração das ações	Menos de 30 horas	30 a 59 horas	60 a 119 horas	120 ou mais horas
4.1 Número total de ações	13	3	0	0
4.1.1 Número de ações internas	9	2	0	0
4.1.2 Número de ações externas	4	1	0	0

4.2 Número de participantes

Níveis de qualificação	Dirigente	Carreira Técnico Superior	Carreira Assistente e Técnico	Carreira Assistente Operacional	Carreiras e Categorias subsistentes	Carreira e Corpos especiais	Carreiras de Enfermagem	Carreiras Docentes	Outros	Total
4.2 Número total de participantes	8	60	51	25	0	0	0	0	0	144
4.2.1 Número de participantes em ações internas	8	58	40	0	0	0	0	0	0	106
4.2.2 Número de participantes em ações externas	0	2	11	25	0	0	0	0	0	38
4.3 Número total de horas	160	1350	762	459	0	0	0	0	0	2731
4.3.1 Número de horas em ações internas	160	1308	608	0	0	0	0	0	0	2076
4.3.2 Número de horas em ações externas	0	42	154	459	0	0	0	0	0	655

4.4 Custos de formação

4.4 Custos totais de formação	Valor em euros
4.4.1 Custos em ações internas	-
4.4.2 Custos em ações externas	-

5. PRESTAÇÕES SOCIAIS

5	PRESTAÇÕES SOCIAIS	Valor em euros
5.1	Abono de Família para crianças e jovens	106.942,71 €
5.2	Bonificação do Abono de Família para crianças e jovens portadores de deficiência	26.658,26 €
5.3	Subsídio de educação especial	-
5.4	Subsídio mensal vitalício	11.135,88 €
5.5	Subsídio de funeral	-
5.6	Subsídio de refeição	1.247.526,98 €
5.7	Subsídio por morte	2.515,32 €
5.8	Outras	3.181,32 €
5.9	PRESTAÇÕES DE ACÇÃO SOCIAL COMPLEMENTAR	
5.9.1	Grupos desportivos/casa de pessoal (ou equivalente)	-
5.9.2	Refeitórios	-
5.9.3	Infantários	-
5.9.4	Colónias de férias	-
5.9.5	Apoio a estudos	-
5.9.6	Adiantamentos e empréstimos	-
5.9.7	Outras	-

6. RELAÇÕES PROFISSIONAIS

6	RELAÇÕES PROFISSIONAIS	
6.1	ORGANIZAÇÃO E ACTIVIDADE SINDICAL NO SERVIÇO	
6.1.1	Número de trabalhadores sindicalizados	582
6.2	COMISSÕES DE TRABALHADORES	
6.2.1	Número de elementos pertencentes a comissões de trabalhadores	0
6.2.2	Número total de votantes	0
6.3	DISCIPLINA	
6.3.1	Número de processos transitados do ano anterior	5
6.3.2	Número de processos instaurados durante o ano	1
6.3.3	Número de processos transitados para o ano seguinte	5
6.3.4	Número de processos decididos	1
6.3.4.1	Arquivado	0
6.3.4.2	Repreensão escrita	0
6.3.4.3	Multa	0
6.3.4.4	Suspensão	1
6.3.4.5	Demissão ou despedimento por facto imputável ao trabalhador	0
6.3.4.6	Cessação da comissão de serviço	0

7. COBERTURA GEOGRÁFICA POR CONCELHOS

7. Distribuição Geográfica por Concelhos		Dirigente	Carreira Técnico Superior	Carreira Assistente Técnico	Carreira Assistente Operacional	Carreiras e Categorias subsistentes	Carreira e Corpos especiais	Carreiras de Enfermagem	Carreiras Docentes	Outros	Total
7.1 Calheta	H			1	1				1		3
	M	1	3	8	18				1		31
	T	1	3	9	19				2		34
7.2 Câmara de Lobos	H			2							2
	M	1	7	5	25						38
	T	1	7	7	25						40
7.3 Funchal	H	3	23	52	68	2	5		6	2	161
	M	25	99	203	468		8	1	5	6	815
	T	28	122	255	536	2	13	1	11	8	976
7.4 Machico	H				1						1
	M		4	6	56				1		67
	T		4	6	57				1		68
7.5 Ponta dos Sol	H			1							1
	M			3	26						29
	T			4	26						30
7.6 Porto Moniz	H			1							1
	M			2	13						15
	T			3	13						16
7.7 Porto Santo	H						1				1
	M										
	T						1				1
7.8 Ribeira Brava	H			2					1		3
	M		3	3	83				1		90
	T		3	5	83				2		93
7.9 Santa Cruz	H			1	1						2
	M		9	9	37				1		56
	T		9	10	38				1		58
7.10 Santana	H			1	1						2
	M		4	3	31				1		39
	T		4	4	32				1		41
7.11 São Vicente	H			1							1
	M		1	4	25						30
	T		1	5	25						31
Total	H	3	23	62	72	2	6	0	8	2	178
	M	27	130	246	782	0	8	1	10	6	1210
	T	30	153	308	854	2	14	1	18	8	1388

8. COBERTURA DE QUADROS

8. COBERTURA DOS MAPAS DE PESSOAL	Nº de Lugares		
	Previstos	Preenchidos	%
8.1 Dirigente	33	33	2,36%
8.2 Carreira de Técnico Superior	179	155	11,10%
8.3 Carreira de Assistente Técnico	320	303	21,70%
8.4 Carreira de Assistente Operacional	869	862	61,75%
8.5 Carreiras e categorias subsistentes	2	2	0,14%
8.6 Carreiras e corpos especiais	14	14	1,00%
8.7 Carreiras Médicas	0	0	0,00%
8.8 Carreiras de Enfermagem	1	1	0,07%
8.9 Carreiras Docentes	18	18	1,29%
8.10 Outros	8	8	0,57%
8.11 Total	1444	1396	100,00%